

BANCOS COMUNITÁRIOS E RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE: UM ESTUDO DE CASO NO NORDESTE SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Community banks and reciprocity: a case study in the brazilian northeast semiarid

Maria Odete Alves

Doutora em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília – CDS/UNB. Pesquisadora do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste do Banco do Nordeste do Brasil – ETENE/BNB. Av. Dr. Silas Munguba, n. 5.700, Bloco A2 Térreo, Passaré, CEP: 60.743-902. E-mail: moalves1@gmail.com

Marcel Bursztyn

Doutor em Desenvolvimento Econômico e Social, professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília –CDS/UNB. Brasília, Brasil.

Suely Salgueiro Chacon

Doutora em Desenvolvimento Sustentável e Professora da Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, CE, Brasil.

Resumo: este artigo analisa a experiência coletiva de “bancos comunitários” numa comunidade rural do município de Russas (Ceará, Brasil). O objetivo é entender as estruturas de reciprocidade nas relações sociais entre participantes. Trata-se de uma linha de crédito de um programa do BNB (Crediamigo) que financia atividades não-agrícolas utilizando a metodologia de grupos solidários. A análise baseia-se na teoria da reciprocidade e adota uma abordagem qualitativa. Os entrevistados foram selecionados com o uso da amostragem não probabilística intencional. Conclui-se que a experiência de “bancos comunitários” reforça estruturas de reciprocidade simétrica, na medida em que as regras estabelecidas induzem participantes a assumirem responsabilidades conjuntas e a realizarem controle das ações, promovendo o fortalecimento dos laços sociais.

Palavras-chave: banco comunitário; atividades não-agrícolas; reciprocidade.

Abstract: this paper analyzes the collective experience of “community banks” in a rural community in the municipality of Russas (Ceará, Brazil). The goal is to understand the structures of reciprocity in social relations between participants. It's a line of credit from a program of the Northeast Bank of Brazil (Crediamigo) which finances non-agricultural activities by adopting the methodology of solidarity groups. The analysis is based on the theory of reciprocity and adopts a qualitative approach. Interviewees were selected using the purposive non-probability sampling. The conclusion is that the experience of “community banks” reinforces structures of symmetrical reciprocity, in so far as that regulation induces participants to assume joint responsibilities and conduct control of actions, promoting the strengthening of social ties.

Keywords: community bank; non-agricultural activities; reciprocity.

1 Introdução

Diversos estudos têm revelado a persistência da reciprocidade nas sociedades contemporâneas, mesmo naquelas mais capitalizadas, sendo mais perceptível em sociedades rurais onde predomina o interconhecimento (MENDRAS, 1978). No sentido de que os indivíduos partilham a mesma visão de mundo, o mesmo sistema de valores, a mesma linguagem e o sentimento de pertencimento.

No meio rural do Semiárido nordestino, vários estudos mostram que a reciprocidade é central nas relações sociais (SABOURIN, 1999, 2001, 2003, 2006b, 2007, 2009; SABOURIN et al., 2005; SA-

BOURIN, 2011a; OLIVEIRA; DUQUE, 2004), pela necessidade de construção de valores materiais e até de sobrevivência, mas também de valores afetivos e éticos, indispensáveis à ordem social.

Este artigo analisa informações empíricas coletadas em quatro comunidades rurais (Lagoa dos Cavalos, Córrego Salgado, Junco e Barbatão) localizadas no município de Russas, sertão do Ceará, Nordeste do Brasil¹. O objetivo é entender as estru-

¹ Comunidade rural não é meramente um território geográfico, mas uma rede cuja trama liga o conjunto dos moradores por laços de parentesco, amizade e compadrio. Os moradores de determinada Comunidade rural apresentam condições socio-econômicas e culturais parecidas, realizam trocas materiais e não materiais e seguem determinadas normas negociadas e definidas pelos costumes (RIBEIRO, 1992).

turas de reciprocidade na experiência coletiva dos “bancos comunitários” (também conhecida como “crediamigo comunidade” ou “grupos solidários”), uma linha de crédito do Crediamigo, programa do Banco do Nordeste (BNB)² que utiliza a metodologia de grupos solidários, em prática na comunidade desde 2008.

Optou-se pela pesquisa qualitativa, por se tratar de uma abordagem que oferece as condições mais apropriadas para aproximação do objeto de pesquisa, combinando o uso de fontes testemunhais, documentais e bibliográficas. Em campo, as informações foram coletadas utilizando-se da entrevista individual não-estruturada, valendo-se da gravação da observação simples, de conversas e das notas de campo. Foram entrevistados informantes-chave participantes dos “bancos comunitários”, definidos por meio de amostragem não probabilística intencional (COSTA NETO, 1977; MARCONI; LAKATOS, 1990; COUTINHO, 2011).

O texto está distribuído em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção é apresentada a base teórica utilizada na análise do caso. Na segunda, uma caracterização do conjunto das comunidades, abordando os elementos que o configuram como uma rede de proximidade, os aspectos socioeconômicos da população e informações gerais sobre o financiamento de suas atividades não-agrícolas via “bancos comunitários”. A seção três analisa os fatores que tornam os “bancos comunitários” um instrumento de reforço da reciprocidade simétrica nessas comunidades.

2 Reciprocidade como fundamento das relações sociais

Neste texto assume-se o conceito de reciprocidade proposto por Temple (2011c), segundo o qual se trata da:

Relação entre seres humanos que permite a cada um sofrer a ação da qual é simultaneamente o agente. Em termos de consciência de atuar e de sofrer, significa que a consciência de um redobra a consciência do outro, e que ambas se relativizam para engendrar uma consciência comum (TEMPLE, 2011b, p. 1, tradução livre do espanhol).

O conceito proposto por Temple ajuda na explicação do comportamento dos indivíduos, na

medida em que a reciprocidade é posta como um dos fundamentos das relações sociais, das quais se originam os sentimentos.

Ao contrário do que afirmou Mauss (2003 [1950]), Temple (2004a) sustenta que os sentimentos não são uma propriedade inata dos indivíduos. Eles nascem das relações sociais, que por sua vez têm como um de seus fundamentos a reciprocidade. Esta última se manifesta em função da preocupação que o indivíduo tem de reconhecer publicamente o outro, de modo a produzir valores afetivos (paz, amizade, compreensão mútua) ou éticos (confiança, reputação, responsabilidade, justiça), que lhe dariam a sensação de estar inserido numa coletividade ou de pertencer a uma “totalidade humana” (TEMPLE, 1997, 2003; SABOURIN, 2010).

A reciprocidade se baseia na lógica da dádiva, aqui entendida como um conjunto infundável de prestações e contraprestações entre os indivíduos; um princípio que regula as relações sociais pela tríplice exigência de dar, receber e retribuir (MAUSS, 2003 [1950]).

A dádiva se origina em função da vontade de construir laços (valor das pessoas) ou das próprias necessidades da coletividade (SABOURIN, 2006a) e não pela utilidade dos bens (valor de uso) ou em função de seu valor monetário (valor de troca) (MAUSS, 2003 [1950]). Portanto, não se trata de simples intercâmbio, mas de um sistema aberto de redistribuição-reciprocidade, elemento fundador da sociabilidade, com especificidades em cada tempo e lugar (TEMPLE, 1983).

Apesar de não haver regras que obriguem as pessoas a retribuir a dádiva, existe uma pressão moral (valores) neste sentido, decorrente das relações sociais existentes. Ou seja, há espaço para a iniciativa pessoal, mostrando que ao reproduzir a dádiva, a reciprocidade pode assumir formas e conteúdos múltiplos, dependendo de cada situação concreta. Se a reciprocidade por um lado é a reprodução da dádiva, por outro, o próprio sentido da dádiva é produzido e reproduzido quando os ciclos de reciprocidade são institucionalizados.

A reciprocidade pode ser pensada a partir da noção de sistemas e de estruturas elementares (TEMPLE, 2003, 2004a, 2004b), servindo à análise das situações concretas. Três sistemas de reciprocidade se formam quando diferentes estruturas se articulam (TEMPLE, 2003): reciprocidade positiva (da dádiva, que gera prestígio), reciprocidade negativa (da vingança, que gera honra) e reciprocidade simétrica ou equilibrada.

A reciprocidade assimétrica, principalmente

2 O Banco do Nordeste do Brasil (BNB) é um banco público federal de desenvolvimento regional cuja área de atuação é o Nordeste brasileiro, o Vale do Jequitinhonha e norte do estado de Minas Gerais, além do norte do estado de Espírito Santo.

a positiva, pode gerar relações de poder comuns em organizações do meio rural do Semiárido (p.e.: clientelismo, paternalismo, submissão, dependência). A reciprocidade simétrica pode surgir no início de uma relação ou posteriormente, de uma relativização tanto da reciprocidade positiva quanto da reciprocidade negativa, não havendo espaço para a dominação, porquanto a mesma não se manifesta nas relações de poder (TEMPLE, 2009). A reciprocidade simétrica é produtora dos valores afetivos e éticos mencionados em parágrafo anterior.

Quanto às estruturas elementares de reciprocidade, Temple (2003, 2004a, 2004b, 2004c, 2008, 2009, 2011a, 2011b) classifica como reciprocidade binária e ternária (FIGURA 1). Cada uma dessas estruturas gera sentimentos diferentes e, portanto, valores diferentes, já que estes últimos são representação dos primeiros.

A reciprocidade binária pode acontecer entre indivíduos (cara a cara) ou grupos (coletiva) iguais ou desiguais. Dela se originam sentimentos de amizade e aliança. Nela, dois indivíduos compartilham do mesmo sentimento que Temple (2004b) denominou de “graça”, por nascer de fora, originando-se na relação entre ambos.

Já a reciprocidade ternária gera sentimentos de confiança e responsabilidade, caracterizando-se pelo envolvimento de, pelo menos, três indivíduos numa cadeia de participantes. Nessa estrutura, cada indivíduo atua sobre outro e está sujeito à ação de um terceiro, formando uma rede ou círculo, podendo ser unilateral, bilateral, centralizada, compartilhada ou generalizada.

Quando a reciprocidade ternária é unilateral, o participante doa por um lado e recebe pelo outro, fazendo surgir o sentimento de responsabilidade pelos outros. Um exemplo de reciprocidade ternária unilateral é o da mãe, que dá vida à filha, que por sua vez também dá vida à filha e assim sucessivamente, produzindo um sentimento de responsabilidade sobre a gênese da humanidade³. Embora unilateral neste caso, pode-se imaginar que a dívida retorna ao doador inicial, porque aqui aparece o mesmo sentimento de “graça” observado na reciprocidade binária, com a diferença que não há uma relação cara a cara.

Quando a relação é ternária bilateral, a dívida faz um percurso de retorno pelo mesmo caminho de ida, contando com um intermediário entre os dois opostos, imbuído do sentimento de responsa-

bilidade que se transforma em sentimento de justiça por igualdade em relação a ambos os opostos.

Na reciprocidade ternária centralizada (ou redistribuição), um único participante faz a intermediação entre os demais, surgindo uma estrutura em estrela. Essa estrutura gera nos demais atores um sentimento de confiança na justiça e na responsabilidade daquele que faz a intermediação. Porém, o sentimento de responsabilidade é unicamente de quem está no centro. No limite, a confiança pode se transformar em fé, obediência e submissão, casos em que uma autoridade suprema ou religiosa torna-se centro da redistribuição de bens ou valores espirituais.

A reciprocidade ternária compartilhada (de partilha) apresenta uma estrutura em círculo, porém sem o intermediário central típico da reciprocidade centralizada. Cada um se dirige a todos, gerando o sentimento não exatamente de responsabilidade, mas de “amizade sem rosto particular”. Esta estrutura é a matriz da confiança e nela se manifesta o sentimento coletivo “um por todos e todos por um”, passando a ideia de totalidade. No Semiárido nordestino, essa forma de interação é comum nos mutirões entre agricultores para realizar a broca do roçado⁴, as farinhadas⁵ e a gestão de recursos comuns, por exemplo.

Na reciprocidade ternária generalizada (ou mercado de reciprocidade), acontece uma conjugação das diversas estruturas mencionadas sem que, no entanto, sejam excluídas as relações típicas do intercâmbio. O mercado, nesta concepção, seria liberado de toda privatização, ou seja, seria um mercado universal (TEMPLE, 2004b, p.1):

“O lugar de encontro de todos e cada um, para estabelecer o máximo de relações, se converte no **mercado de reciprocidade**. Os homens se encontram e as mercadorias circulam, seja em redes de reciprocidade de parentesco preestabelecidas ou, ao contrário, criando novas relações de reciprocidade” [Grifo dos autores, dradução livre do espanhol].

Quanto maior a concentração populacional, maior a diferenciação das atividades humanas e, por conseguinte, maiores as possibilidades de manifestação dessa estrutura de reciprocidade. Assim, apesar do sistema capitalista e do livre intercâmbio

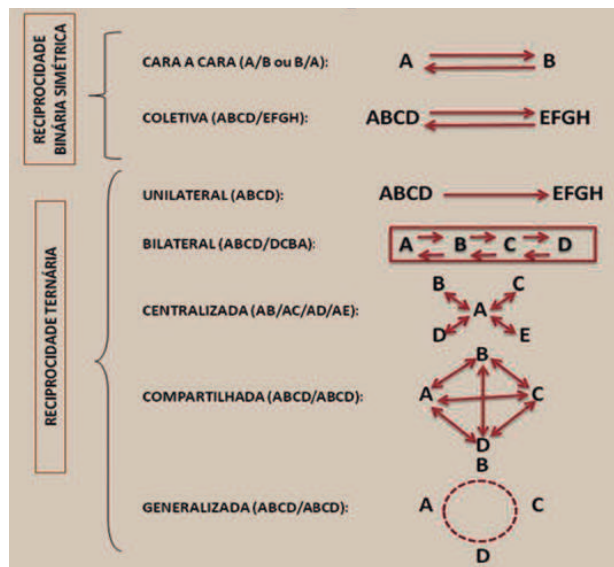
3 Temple trouxe o exemplo do artigo desenvolvido por Mireille Chabal, baseado no estudo da realidade concreta particular do povo Aymara dos Andes.

4 Broca é um termo utilizado no Nordeste brasileiro para designar a primeira operação no preparo do roçado, referindo-se ao corte da mata primária ou secundária (capoeira) no terreno em que se vai fazer o roçado. O roçado é o terreno onde o sertanejo semeia culturas próprias do período de chuvas, tais como milho, feijão e mandioca.

5 Farinhada é um termo utilizado no Nordeste brasileiro para designar a fabricação de farinha de mandioca.

serem parte do dia-a-dia das pessoas, estruturas de reciprocidade permanecem em muitas sociedades.

FIGURA 1 – Representação esquemática das estruturas elementares de reciprocidade



Fonte: elaboração própria, a partir de Sabourin (2007, p. 4) e Sabourin (2010).

As estruturas de reciprocidade são responsáveis pela relação social, podendo articular-se entre si ou não, uma vez que é possível também que sejam incompatíveis umas com as outras, se autoexcluindo (TEMPLE, 2003, 2009). É essa articulação - cuja responsabilidade é da comunidade - que permite aos indivíduos pertencerem às diversas estruturas elementares de reciprocidade. Significa, então, que a existência da comunidade é fundamental num sistema de reciprocidade, pois sem ela não é possível haver coordenação entre suas estruturas⁶.

3 Caracterização do território e da socioeconomia

3.1 A rede de proximidade

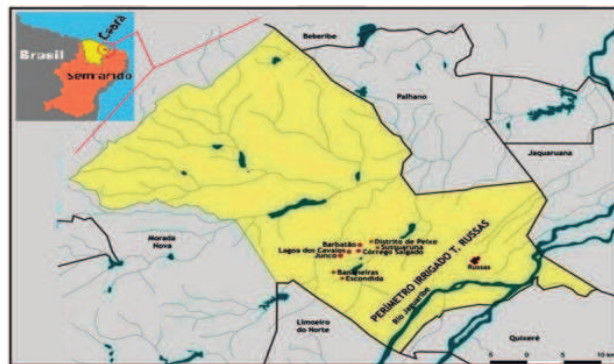
O conjunto formado pelas comunidades rurais Lagoa dos Cavalos, Córrego Salgado, Junco e Barbatão se caracteriza pela ligação física e por

6 Neste aspecto, a teoria da reciprocidade se aproxima do pensamento de Émile Durkheim. Em seus estudos sobre a relação entre indivíduos e sociedade, este sociólogo concluiu que o indivíduo nasce da sociedade e não o contrário, porque existe uma prioridade histórica da estrutura social sobre o indivíduo (ARON, 1999). Uma das ideias fundamentais de Durkheim é a de que o todo não é a simples soma das partes, porém o perfeito funcionamento das partes é fundamental para o funcionamento do todo.

ser formado por uma rede social de proximidade. Além de participarem de uma mesma associação comunitária e compartilharem dos mesmos projetos produtivos, seus moradores são ligados entre si por laços de parentesco, vizinhança, amizade e compadrio.

O conjunto localiza-se na sub-bacia do Baixo Jaguaribe, sertão semiárido do Ceará, a 22 quilômetros da sede do município de Russas, distante 160 km de Fortaleza. À sua margem direita se encontra o Rio Jaguaribe, onde foi implantada a 1ª Etapa do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas e se encontra em implantação a 2ª Etapa do mesmo perímetro de irrigação (Figura 2).

Figura 2 – Localização da área de estudo



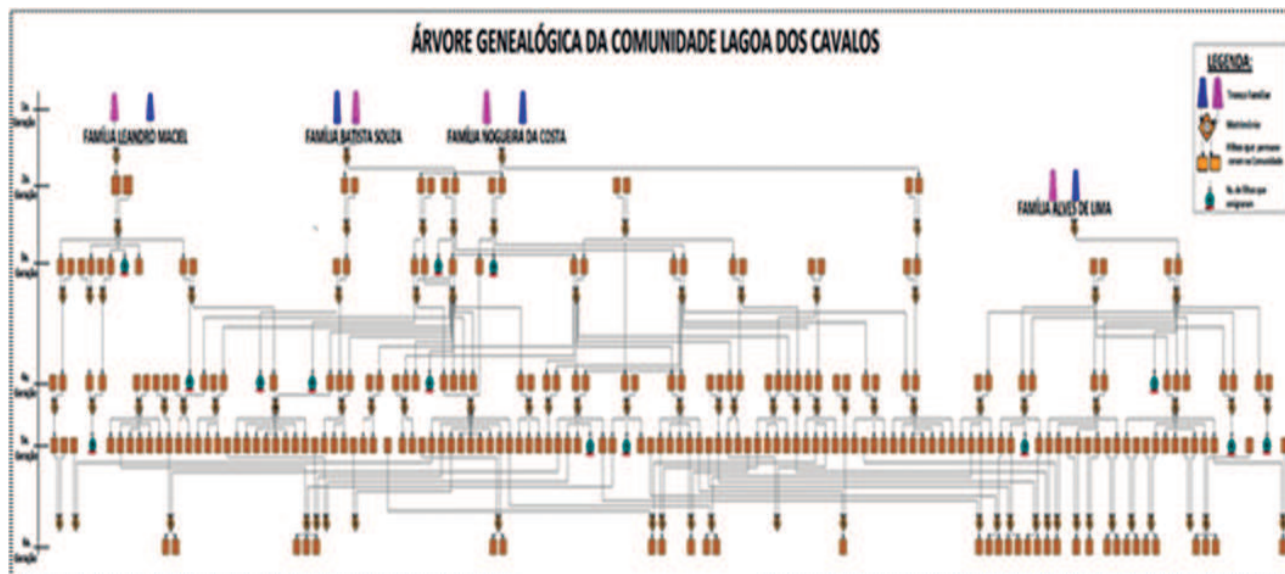
Fonte: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) - Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo relato de moradores locais, a história dessas comunidades começou entre o início do século XX e os anos 1930, basicamente com quatro famílias que adquiriram terras ("datas") e se estabeleceram no local: uma em Barbatão, duas no Córrego Salgado e uma no Junco (Figura 3).

Em Barbatão se estabeleceu a família Leandro Maciel, no final dos anos 1920. Mais tarde, quando suas terras foram partilhadas, o número de irmãos, na 2ª geração, era sete. No entanto, apenas dois (um homem e uma mulher) permaneceram no local. Os demais migraram para o Distrito de Peixe, a aproximadamente 6 km. Atualmente, nas terras do Barbatão vivem sete núcleos familiares, que mantêm vínculos com os moradores de Lagoa dos Cavalos, expressos principalmente na participação que têm na Associação Comunitária.

As origens de Córrego Salgado e Lagoa dos Cavalos remontam a dois troncos familiares: Batista Sousa e Nogueira da Costa, estabelecidas em Córrego Salgado por volta dos anos 1920. A partir da 3ª geração, nos anos 1950, as duas famílias se

Figura 3 – Árvore Genealógica da Comunidade Lagoa dos Cavalos



Fonte: elaboração própria, a partir de informações de campo.

“misturaram”, pois nessa década, um dos descendentes dos Nogueira da Costa contraiu matrimônio com uma filha dos Batista Souza, adquiriu terras vizinhas e constituiu família no novo lugar, que viria a se denominar Lagoa dos Cavalos. Desse matrimônio, nasceram seis filhos (4ª geração). Três dos cinco homens, ao contraírem casamento (anos 1970 a 1990), o fizeram com primas em primeiro grau, descendentes dos Batista Souza, também irmãs. Dois deles permaneceram em Lagoa dos Cavalos, tendo o terceiro mudado a residência para Córrego Salgado. Outros dois filhos homens casaram-se com não parentes e permaneceram residindo em Lagoa dos Cavalos. Os casamentos entre descendentes destas duas famílias continuam acontecendo na 5ª geração.

As terras do Junco, adquiridas no início dos anos 1930 pela família Alves de Lima, compõem a maior propriedade no conjunto das comunidades. A formação da Comunidade começou com um único descendente dos Alves de Lima, que passou a morar no lugar. Os demais irmãos dessa 2ª geração (no total de seis) migraram para São Paulo ou compraram terras em outras regiões. O único membro dessa geração, que se estabeleceu no lugar, teve oito filhos, seis homens e duas mulheres (3ª geração). Desses, dois migraram, dois faleceram e quatro constituíram família no local, três dos quais com outras três irmãs originárias de uma comunidade vizinha (Cipó). No momento da pesquisa, as terras pertencentes ao Junco abrigavam 13 famílias, as quais as exploravam em regime comunal. A partir

da 4ª geração, os Alves de Lima se “misturaram” com descendentes do Córrego Salgado e de Lagoa dos Cavalos, conforme mostrado na Figura 3.

A situação de “parentela” (casamentos cruzados) e pertencimento ao território (percebido como local de vida e trabalho) nessas comunidades torna indissociável a combinação entre vida doméstica e vida coletiva, podendo tal fenômeno ser associado ao que Mendras (1978) definiu como “interconhecimento”. Em consequência, a população local percebe a terra como lugar de vida e produção, patrimônio comum e, como tal, não é transacionável, não é mercadoria. Isso permite que mantenha uma relação de conhecimento profundo sobre os limites e as possibilidades do meio em que vive e explora (disponibilidade de recursos, limites físicos, funcionamento, fragilidades, ameaças etc).

Nessas comunidades, as relações sociais e as práticas produtivas locais têm na religiosidade sua referência simbólica comum, significando que valores tais como solidariedade e caridade estão acima das opções e crenças religiosas. Isso é perceptível nos trabalhos em grupo, no discurso das lideranças, na fala dos agricultores, das donas de casa e dos jovens. A associação dessa referência com a rede de proximidade é que dá o tom das relações sociais dentro do conjunto das comunidades.

a) **As características socioeconômicas**

Lagoa dos Cavalos, Barbatão, Corrego Salgado e Junco localizam-se no interior de uma área remanescente da primeira sesmaria⁷ demarcada

no Vale do Rio Jaguaribe, no início do século XVIII. Desmembrada em várias propriedades no decorrer dos dois séculos seguintes, principalmente por sucessão hereditária, atualmente a área é constituída essencialmente por pequenas unidades familiares e “terras de herança” (cf. ALMEIDA, 2009). Tem uma população de 280 habitantes, distribuídos em 79 famílias⁸, uma média de 3,54 pessoas por domicílio, distribuídas igualmente entre homens e mulheres. A população em idade economicamente ativa representa 74,3% do total. A maioria dos moradores é alfabetizada (88,6%). Entre as mulheres, a taxa de alfabetização chega a 92,9% e entre os homens, 84,3%. Existem 11,5% de analfabetos entre os chefes de família.

Trata-se de uma população jovem, visto que a soma do percentual de pessoas na faixa etária de 15 a 30 anos alcança 53,6% do total. Entre os jovens, as mulheres representam 52,6% e entre os adolescentes elas são 43,1%.

As principais atividades pecuárias são a criação de bovinos e ovinos, com a utilização das “soltas”⁹ remanescentes como área de pastoreio comum durante o período de inverno¹⁰. É comum o uso do “adjunto”¹¹ nas lavouras (milho, feijão), principalmente nas fases de broca, capina e colheita,

bem como no processo de produção da farinha de mandioca. Os agricultores praticam também o extrativismo da carnaúba, coletam a castanha de caju e criam abelhas para a produção de mel.

b) As atividades não-agrícolas e os bancos comunitários

Como observado no item anterior, predominam as atividades agropecuárias nas quatro comunidades estudadas. A maioria dos moradores é composta de agricultores familiares, no entanto, 17,7% deles se dedicam também a atividades não-agrícolas.

Os “bancos comunitários” são a principal fonte de financiamento dessas atividades não-agrícolas, apesar de serem utilizados igualmente para investimento e custeio da criação de galinhas cai-piras. Trata-se de uma linha de crédito do Crediamigo, disponibilizado pelo BNB, que chegou à Comunidade em 2008. Esse programa de microcrédito beneficia principalmente aos setores informais da economia e adota a metodologia de grupos solidários, nos quais a garantia é o aval solidário, ou seja, os tomadores se avalizam entre si (BNB, 2011a).

Os créditos dos “bancos comunitários” são concedidos em valores individuais progressivos entre R\$ 100,00 e R\$1.100,00¹² (de acordo com a adimplência do grupo), à taxa de 0,64 a.m., desde que em grupos de 15 a 30 pessoas. As prestações são pagas mensalmente e a cada cinco meses o crédito pode ser renovado¹³. No ato da concessão do primeiro crédito é aberta uma poupança, no valor equivalente a 10% do total, em nome da comissão gestora do grupo que forma cada “banco comunitário”. Disponibiliza, também, uma conta corrente individual para cada participante, isenta de tarifas e com cartão para movimentação de valores até R\$ 2.000,00. Uma vantagem da linha de financiamento é que os clientes são atendidos na própria localidade, permitindo o contato dos assessores de crédito com o ambiente em que vivem os tomadores.

7 Uma sesmaria era composta por terras demarcadas em léguas (6.600 metros), ao longo da orla marítima, na direção do sertão, separadas por linhas do equador, porém com limites e extensões incertos.

8 Neste texto, família tem o sentido de “família nuclear”: inclui somente as pessoas que vivem no mesmo domicílio. Em algumas passagens do texto utiliza-se o termo “unidade familiar”, porém com o mesmo significado.

9 O termo “soltas” [ou “terras soltas”, conforme Almeida (2009) para identificar uma das modalidades de uso comum da terra no Brasil] se originou durante a colonização e se refere às áreas não cercadas nessa região, uma espécie de terra sem apropriação privada, onde se colocam animais para o pastoreio comunal. Principalmente no período colonial, as áreas que viriam a ser ocupadas por essas comunidades contavam com vastas áreas de terras soltas, perdendo espaço para os cercamentos ao longo dos anos, acelerando-se no início dos anos 2000, quando foi implantado o Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas.

10 No sertão semiárido a temporada de chuvas recebe a denominação popular de inverno. Nessa região se observam duas estações bem definidas: a estação chuvosa pode ocorrer a partir de janeiro, fevereiro ou março, permanecendo até junho; o verão é a estação seca e mais comprida, que pode durar desde o mês de julho até dezembro, janeiro ou fevereiro. Essa variação na duração das estações, no limite, caracteriza o que é denominado de ano de seca.

11 O adjunto (ou mutirão) é uma forma de ajuda mútua recíproca, caracterizada pela não contabilização de dias ou horas trabalhados.

12 Para conversão de reais para dólares americanos, adotar a taxa de câmbio anual média para o ano de 2012 R\$/US\$ nominal (comercial-venda) = 2,0429 [cálculo realizado a partir das taxas mensais divulgadas pelo Banco Central do Brasil-BCB (2012)].

13 Em linhas gerais, os “bancos comunitários” oferecem as seguintes condições de financiamento: (a) destinam-se a capital de giro e a investimento; (b) financiam grupos de 15 a 30 integrantes; (c) crédito escalonado e crescente, partindo de R\$ 100,00 e atingindo os R\$ 1.100,00; (d) taxa de juros efetiva de 0,99% a.m., mais TAC (Taxa de Abertura de Crédito) de 3%, com prazo de pagamento entre 3 e 12 meses (BNB, 2011a, 2011b).

De outubro de 2008 a abril de 2012, os dois “bancos comunitários” haviam injetado R\$ 192 mil nas quatro comunidades. Isso corresponde à entrada de cerca de R\$ 3.700,00/mês durante o período (ou 5,9 salários mínimos de 2012), um valor significativo para uma comunidade formada por 79 famílias.

Os valores financiados por meio dessa linha de crédito têm sido dirigidos a atividades de comércio (confeccões, cosméticos, calçados, redes, intermediação na venda de produtos agrícolas), a produção de doces, alimentos para lanches e eventos, além das galinhas caipiras mencionadas acima. A média individual de R\$ 213,40 recebidos no primeiro empréstimo (Out/2008) cresceu a cada renovação, chegando a R\$ 852,40 no nono empréstimo (Nov/2011).

Apesar de os empréstimos serem individuais, os grupos são solidários, garantindo a inadimplência zero desde o primeiro empréstimo. Não se registram atrasos em qualquer das prestações de ambos os grupos. Também não se observa rotatividade entre membros. Não houve perda de participantes, mas ampliação do número, passando a composição inicial de 17 membros por grupo para respectivamente 27 e 20¹⁴.

Vale registrar que não é permitido em um mesmo “banco comunitário” a participação de cônjuges ou outras pessoas que residam na mesma casa ou que sejam dependentes financeiros de outro integrante (BNB, 2011a). Este é um dos motivos porque um ano depois da criação do primeiro “banco” surgiu um segundo, pois existem casos em que marido, mulher e filhos participam, mas em grupos distintos.

Bancos comunitários e reciprocidade entre comunitários

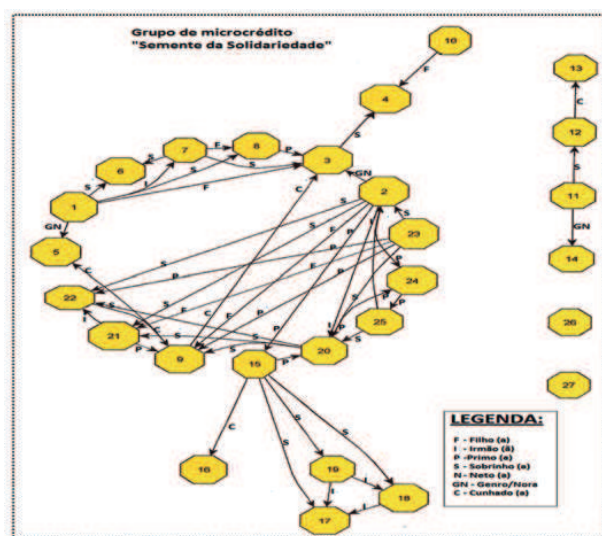
No conjunto das comunidades, a reciprocidade se manifesta nas alianças (casamento cruzado entre primos, apadrinhamento recíproco de crianças de famílias vizinhas aparentadas ou não), na doação de alimentos entre famílias, na ajuda mútua (adjunto ou mutirão) dos roçados e da casa de farinha comunitária, no compartilhamento dos grupos produtivos, na construção de equipamentos coletivos, na venda de seus produtos e nos “bancos comunitários”.

Nesta seção, é feito o resgate do funcionamento dos dois “bancos comunitários” descritos na

subseção 2.3, analisando seu papel como instrumento de reforço das estruturas de reciprocidade.

Os primeiros empréstimos obtidos via “banco comunitário” inicial (“Sementes da Solidariedade”, criado em 2008 e composto por 17 membros), eram de R\$ 300,00 para cada participante. A cada novo acesso (cinco meses), aumentava em 50% o valor anterior. Em maio de 2012, o grupo já era formado por 27 participantes. A maioria dos membros desse “banco” é ligada por relações de parentesco. Somente duas pessoas (representadas pelos octógonos 26 e 27 da Figura 4) não têm este tipo de laço com os demais. Outras quatro (representadas pelos octógonos 11, 12, 13 e 14 da Figura 4), apesar de ligadas entre si por parentesco, também não têm vínculos desta natureza com os demais membros do grupo.

Figura 4 – Relações de parentesco entre membros do Grupo de Microcrédito “Banco Comunitário Sementes da Solidariedade”



Fonte: elaboração própria a partir de informações de campo, com o auxílio do Programa yEd Graph Editor.

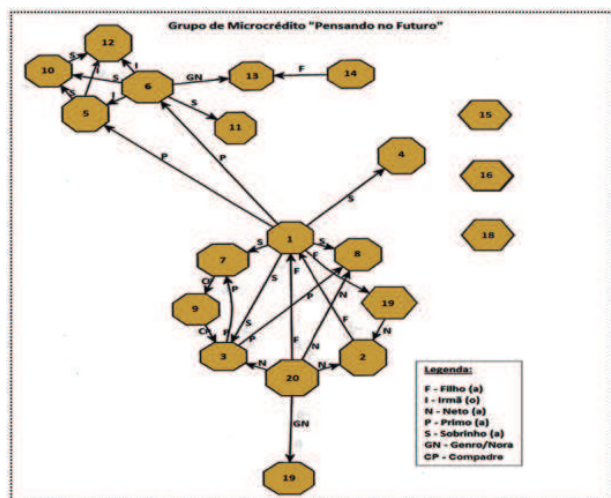
O segundo “banco comunitário” recebeu a denominação de “Pensando no Futuro”. Foi formado em 2010, a partir de consulta feita pelos assessores do Programa aos integrantes do “banco” inicial. Em maio de 2012 era composto por 20 membros, também com vínculos de parentesco, exceto uma minoria formada pelos componentes representados pelos octógonos 15, 16 e 18 (Figura 5).

Diferentemente do que ocorre com empréstimos nos bancos tradicionais, a metodologia dos “bancos comunitários” não requer consultas cadastrais, comprovação de renda ou fiador. Formam-se grupos voluntariamente e de forma espontânea

14 Na ocasião da pesquisa de campo se cogitava entre os moradores a criação de um terceiro grupo.

para a obtenção do crédito individual, mas com a exigência de responsabilidade conjunta no pagamento das prestações, por meio do aval solidário (se um dos componentes deixa de cumprir o compromisso assumido, os demais são solidariamente responsáveis) e do “apadrinhamento” (BNB, 2011b) que, neste caso, nada tem a ver com o uso clientelista do termo.

Figura 5 – Relações de parentesco entre membros do Grupo de Microcrédito “Banco Comunitário Pensando no Futuro”



Fonte: elaboração própria a partir de informações de campo, com o auxílio do Programa yEd Graph Editor.

O aval solidário funciona como instrumento de garantia e controle dos empréstimos. Baseia-se nas relações de proximidade e confiança mútua previamente estabelecidas, pois são os próprios componentes do grupo os responsáveis pela escolha dos participantes (NERI; BUCHMANN, 2008).

O “apadrinhamento” é um instrumento a mais de controle utilizado pela instituição financeira: a partir do ato do empréstimo, cada tomador passa a ser acompanhado por outro integrante do grupo, que por sua vez é acompanhado por um terceiro, obedecendo a uma estrutura de reciprocidade ternária unilateral que gera responsabilidade pelos outros. Os empréstimos concedidos têm, assim, a função importante de restaurar, manter ou fortalecer laços e vínculos sociais entre os usuários do crédito.

O aval solidário e a consulta à rede de relações de vizinhança do candidato a tomador são instrumentos de regulação das relações entre os tomadores de crédito. Ambos os instrumentos têm garantido à instituição financeira atingir seu objetivo de retorno do montante emprestado, na medida em

que a inadimplência média na carteira de empréstimos, entre os anos de 2003 e 2010, não ultrapassa 1% a.a. (BNB, 2011b).

Outro mecanismo utilizado pelo BNB no Crediamigo Comunidade é uma coordenação para cada “banco comunitário”, com membros escolhidos pelos próprios membros, composta por presidente, tesoureiro e secretário.

Além das condições impostas pelo Programa, internamente os grupos de tomadores realizaram acordos, criando regras que fortalecem o sistema, reduzindo as possibilidades de inadimplência. Um exemplo é a multa cobrada por atraso no pagamento sem justificativa. Os valores arrecadados passam a compor um fundo de reserva criado pelo grupo, com o objetivo de custear uma confraternização que se realiza no final do ano. Mas a ideia da multa não está associada à lógica da troca, pois tem o objetivo principal de cobrar compromisso daqueles que descumpriram o acordo; secundariamente, cumpre o papel e a vontade de manter e fortalecer a qualidade dos laços sociais entre os componentes dos dois “bancos comunitários”.

Em ambos, os “bancos comunitários”, a inadimplência tem permanecido nula desde a sua criação. O pagamento das parcelas tem acontecido no dia do vencimento, registrando-se zero dias de atraso. Quanto à inadimplência interna, existe relato de apenas um caso: um dos componentes deixou de cumprir o compromisso de pagar as parcelas do empréstimo, tendo sido cobertas pelos demais membros do grupo, que o fizeram para manter em dia o compromisso com a instituição financeira e não sofrer as consequentes penalizações. Além disso, os demais membros do grupo nutriam simultaneamente dois sentimentos: por um lado, o desejo de expulsar aquele membro inadimplente; por outro, a preocupação em relação ao constrangimento que tal atitude causaria na rede de proximidade daquele participante inadimplente. Diante do dilema que se colocava, pesou a importância de manter intactas as relações dentro da rede. Poupano os demais do constrangimento da expulsão e minimizando o desgaste que isso causaria em sua reputação, o grupo declinou daquela decisão. Ao final do contrato, o próprio participante inadimplente tomou a iniciativa de se retirar.

Observa-se, no funcionamento de ambos os grupos solidários, a existência de pelo menos três estruturas elementares de reciprocidade articulando-se entre si: a reciprocidade binária (cara a cara), a reciprocidade ternária unilateral e a reciprocidade de compartilhamento, responsáveis pelo nascimento de sentimentos de amizade, responsabilidade e confiança, respectivamente.

A manifestação da estrutura de reciprocidade cara a cara é decorrente da composição dos grupos, por indivíduos que pertencem à mesma rede de proximidade. Os sentimentos de amizade e confiança é que os estimularam a participar dos grupos solidários, pois para conceder o empréstimo, a instituição financeira impõe a responsabilidade coletiva pelo pagamento das parcelas (cada um é responsável pelo grupo, pois se um não paga a parcela do empréstimo, todos os membros sofrerão sanções), além da regra de “apadrinhamento” (cada um é responsável por outro).

A responsabilidade coletiva é gerada pela reciprocidade de compartilhamento, surgida com a imposição do aval solidário. Trata-se de uma estrutura em círculo na qual cada um se dirige a todos, criando o sentimento de confiança no grupo.

O padrinho tem a responsabilidade institucionalizada de lembrar ao apadrinhado sobre o vencimento da parcela do empréstimo, de modo a evitar o atraso no pagamento. Isso representa, pois, uma estrutura de reciprocidade ternária unilateral, na qual cada indivíduo atua sobre outro e está sujeito à ação de um terceiro, formando uma rede e gerando em cada um o sentimento de responsabilidade pelos demais.

1 Considerações finais

A área onde se localizam as quatro comunidades estudadas é constituída por terras de herança. Daí, a existência de uma extensa rede de proximidade, composta essencialmente de parentela e vizinhança, que facilita a comunicação cara a cara, a realização de acordos e o cumprimento dos mesmos. Além disso, tanto as relações sociais quanto as práticas produtivas locais têm na religiosidade sua referência simbólica comum.

A influência que as relações sociais sofrem da associação entre religiosidade e rede de proximidade facilita a manifestação de estruturas de reciprocidade simétrica. Tais estruturas são elementos essenciais para manter a coesão social, porque produzem valores afetivos e éticos, aos quais se subordinam os sistemas de regras criados localmente, influenciando positivamente no êxito dos “bancos comunitários”.

Os “bancos comunitários”, por sua vez, mais que um instrumento de crédito, são instrumentos para a manutenção e o fortalecimento dessas estruturas de reciprocidade. O êxito desses “bancos” está ligado diretamente à imposição de uma série de regras definidas no Programa ou criadas internamente, as quais funcionam como mecanismo de regulação das relações sociais e, ao mesmo tem-

po, de fortalecimento dos vínculos dessas relações. Portanto, os “bancos comunitários” não são meramente uma experiência econômica, na medida em que permitem a articulação entre diversas estruturas de reciprocidade que geram ao mesmo tempo valores afetivos e éticos como amizade, confiança, responsabilidade, reputação e sentimento de pertencimento.

Ainda, em função do seu *modus operandi*, os “bancos comunitários” podem contribuir para a eliminação (ou enfraquecimento) das estruturas de reciprocidade assimétricas, muito comuns no sertão nordestino, representadas pelas práticas de paternalismo e clientelismo que marcam grande parte das organizações rurais da Região.

Cabe mencionar, também, que do ponto de vista da instituição financeira, a manifestação destas estruturas de reciprocidade simétrica é importante, na medida em que contribui para garantir o retorno dos recursos emprestados.

Enfim, a experiência desenvolvida nas quatro comunidades mostra que faz todo o sentido desenvolver e executar políticas que reconheçam o papel da rede de proximidade e das estruturas de reciprocidade que permeiam as relações sociais em comunidades rurais. O reconhecimento desses aspectos por parte de formuladores/executores de políticas públicas facilitaria a compreensão da cultura e das normas locais, bem como da lógica dos sistemas produtivos e da comercialização dos produtos. Sem atentar para essas referências, qualquer política de desenvolvimento para o meio rural corre o risco de ser excludente e tenderá a fracassar quando os interventores se afastarem.

Referências

ALMEIDA, A. W. B. de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009. p. 39-66. v. 2: estratégias de reprodução social.

ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Cotações e Boletins: taxas de câmbio**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpsq.asp?id=txcotacao>>. Acesso em: 16 dez. 2012.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Microcrédito**. Fortaleza: BNB, 2011a. Disponível em: < <http://>

www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Produtos_e_Servicos/Crediamigo/gerados/O_que_e_objetivos.asp. Acesso em: 23 out. 2011.

_____. **Relatório anual crediamigo 2010**. Fortaleza: BNB, 2011b. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/produtos_e_servicos/crediamigo/docs/relatorio_2011_portugues.pdf>. Acesso em: 23 out. 2011.

COSTA NETO, P. L. **Estatística**. São Paulo: Blücher, 1977.

COUTINHO, C. P. **Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática**. Coimbra: Almedina, 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p.183-314.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Tradução Maria José da Silveira Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar., 1978. Trabalho original publicado em 1976.

NERI, M.; BUCHMANN, G. Crediamigo: o Grameen tupiniquim. In: NERI, M. (Org.). **Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen brasileiro: perfil e performance dos clientes do CrediAmigo**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

OLIVEIRA, M. do S. de L.; DUQUE, G. É dando que se recebe: práticas de reciprocidade tradicionais e novas em comunidades rurais. In: ENCONTRO LATINOAMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 7.; ENCONTRO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 4., 2004, São José dos Campos. **Anais...** São José dos Campos: [s.n], 2004. p. 1655-1658.

RIBEIRO, E. M. **Fazenda Pica Pau, Miradouro, Minas Gerais: estudo sobre a família, o trabalho e a reprodução de agricultores familiares da Zona da Mata de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 1992. Manuscrito não publicado.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Tradução Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond., 2009. Trabalho original publicado em 2007.

_____. Estratégias coletivas e lógicas de construção das organizações de agricultores no Nordeste semi-árido. **Antropolítica**, Niterói, v. 8, p.

41-58. 2001b. Disponível: <http://afm.cirad.fr/documents/3_Organisations/CD_AFM/textes/439.pdf>. Acesso em: 27 set. 2011.

_____. Interação entre ação coletiva e ação pública no manejo de recursos comuns no Nordeste do Brasil. 2006, Séville. **Anais eletrônicos... CONGRÈS INTERNATIONAL DES AMÉRICANISTES**, 52., Séville, 2006a. p. 23-27. Disponível: <http://www.iddri.org/iddri/telecharge/forets/americanistes_seville_juil06_progr.pdf>. Acesso em: 25 set. 2011.

_____. Manejo dos recursos comuns e reciprocidade: os aportes de Elinor Ostrom ao debate. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, DF, v. 1, n. 2, p. 143-158, 2010. Disponível: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/sust/article/view/1689/1311>>. Acesso em 08 nov. 2011.

_____. Mudanças sociais, organização dos produtores e intervenção externa. In: CARON, P.; SABOURIN, E. (Eds.). **Camponeses do sertão: mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2003. p. 145-178.

_____. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. **Raízes**, Campina Grande, v. 18, n. 20, p. 41-49, 1999.

_____. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In: Sérgio Schneider (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre, UFRGS, 2006b. p. 215-239. (Estudos Rurais).

_____. A reciprocidade e os valores éticos da solidariedade econômica. 2007. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2007.

_____. Teoria da reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, 13(27), 2011. p. 24-51.

SABOURIN, E.; CARON, P. Camponeses e fundos de pasto no Nordeste da Bahia. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009. p. 89-115. (Estratégias de Reprodução Social, 2).

SABOURIN, E.; DUQUE, G.; DINIZ, P. C. O.; OLIVEIRA, M. do S. de L.; GRANCHAMP, L. F. O reconhecimento público dos atores coletivos da agricultura familiar no Nordeste. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v. 22, n. 2, p. 293-306, 2005.

TEMPLE, D. As origens antropológicas da reciprocidade. **Jornal do Mauss**, França, 06 abr. 2009. Disponível em: <<http://www.jornaldomauss.org/periodico/?p=793>>. Acesso em: 08 out. 2011.

_____. **El mercado y La reciprocidad** generalizada. Francia, 2004b. Disponível em: <http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad_2&id_article=436>. Acesso em 11 nov. 2011.

_____. La constitución boliviana y sus desafíos. **Revista Iberoamericana de Autogestión y Acción Comunal (RIDAA)**, Francia, 26(52-53-54), 33-50 y 51-76., 2008. Disponível em: <http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad_2&id_article=83>. Acesso em: 31 out. 2011.

_____. **La dialéctica del Don**. Francia, 1983. Disponível: <1983http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad_2&id_article=150>. Acesso em: 26 mar. 2012.

_____. **La valeur dans le système Aymara**. Francia, 2004c. Disponível em: <http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocite_2&id_article=189>. Acesso em: 11 abr. 2011.

_____. **Las estructuras elementales de la reciprocidad**. La Paz: Plural Editores, 2003.

_____. Las estructuras elementales de la reciprocidad. In: .SEMINARIO SOBRE LA RECIPROCIDAD: las estructuras elentales y las tres formas de la reciprocidad. 2004, Francia. **Anais...** Francia: 2004a. Disponível em: <http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad_2&id_article=454>. Acesso em: 09 out. 2011.

_____. L'économie humaine. **La revue du MAUSS**. Francia, n. 10, 1997. Disponível: <<http://mireille.chabal.free.fr/ecorecip.htm#ancre605725>>. Acesso em: 15 out. 2011.

_____. O homem nu: valores constituídos ou matrizes do valor? **Revista de Estudos Antiutilitaristas e Poscoloniais**, França, p. 1-6, 2011a. Disponível em: <http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad_2&id_article=290>. Acesso: 07 de nov. 2011.

_____. **Porque precisamos de outra lógica**. Tradução Eric Sabourin. França, 2011b. Disponível em: <http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad_2&id_article=292>. Acesso em: 07 nov. 2011.

_____. **Reciprocidad**. Francia, 2011c. Disponível em: <http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad&id_rubrique=3>. Acesso em: 30 out. de 2011.